
A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação do autor, elaborado na sua qualidade de Conferencista e Colaborador do Instituto da Defesa Nacional.

Sumário:

O artigo descreve os passos que têm vindo a ser dados e a evolução do processo para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, desde uma primeira iniciativa do Brasil, em Novembro de 1989, num encontro a nível de Chefes de Estado.

Há grande expectativa quanto à prevista realização de uma próxima Cimeira, em Junho do corrente ano, em Lisboa, antecedida da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países, em 18 de Abril de 1996, no Maputo.

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

I. ANTECEDENTES

Começar – pouco originalmente, aliás – pelos antecedentes, não traduz qualquer propósito de recordar as iniciativas e propostas que desde há muito surgem periodicamente visando congregar esforços do mundo que fala português. Procurarei aqui apenas situar a evolução do projecto actual de estruturação do relacionamento entre Portugal, o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, conhecido pela sigla CPLP.

A opção pela fórmula «Comunidade de Países» significou a vontade de vincar o carácter intergovernamental do projecto.

O primeiro passo no processo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi dado em Novembro de 89, no Brasil, em São Luís do Maranhão, num primeiro encontro dos Chefes de Estado dos sete países, que só não contou com a presença do Presidente de Angola (embora o país se fizesse representar a alto nível) e que concluiu com a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Uma boa intenção, uma proposta saudada como da maior importância, mas que na prática não teve expressão.

Quatro anos depois, em Setembro de 93, também por iniciativa do Brasil, iniciou-se a prática de reunir em Nova Iorque, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, os Ministros dos Negócios Estrangeiros ou das Relações Exteriores dos sete países. E alguns meses mais tarde, em Fevereiro de 94, os Ministros – com excepção do angolano, que se fez representar – voltaram a encontrar-se, em Brasília, tendo então concordado em recomendar aos seus Governos a realização, ainda no primeiro semestre daquele ano, de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adopção do acto constitutivo da CPLP. Nascia assim o projecto actual.

2. IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DE UM PROJECTO DIFERENTE NA CENA INTERNACIONAL

O simples resumo que acabo de fazer evidencia dois aspectos: o papel motor do Brasil na concretização da iniciativa e a coincidência de, em dois momentos importantes, Angola se não fazer representar ao mesmo nível dos restantes. Estou convencido de que esta última constatação tem apenas a ver com as dificuldades política internas do país, há longos anos absorvido pela busca da paz. Só o menciono aqui porque a presença ou ausência de Angola voltou a ser determinante em momentos posteriores de um processo que não pode «descolar» sem a plena participação angolana.

Quanto ao primeiro aspecto, creio que a CPLP tem tudo a ganhar com o facto de o Brasil ter tomado a dianteira. Ser uma ex-colónia e não a antiga potência colonial a protagonizar o lançamento da iniciativa, não foi positivo apenas em termos de amenizar polémicas sempre possíveis face a um processo de descolonização em África ainda recente e com facetas traumáticas. Em minha opinião, marcou sobretudo a diferença relativamente a duas experiências já consolidadas no mesmo campo: a «Commonwealth» e a Comunidade francófona. A CPLP não obedece a qualquer espartilho pré-concebido, não é o sucedâneo de ligações político-económicas anteriores, nem é fruto do voluntarismo da ex-potência colonial, que partilha com os outros parceiros, em pé de igualdade, a responsabilidade de dar corpo a uma ideia mobilizadora para os Sete.

Dispomos a sete de um imenso património comum de afectividade e o tempo tem vindo também a cimentar uma crescente partilha de interesses, que bem pode ajudar ao bem estar dos nossos respectivos países. Mas também temos de assumir em permanência a nossa diversidade e procurar até dela retirar mais-valias de enriquecimento mútuo. Há nas sete capitais consciência da importância crescente do multilateralismo: a CPLP pode e deve constituir uma instância multilateral «sui generis», com característica próprias, inovadoras na cena internacional.

3. OS OBJECTIVOS E PROPÓSITOS QUE TÊM VINDO A SER AFIRMADOS PELOS SETE

Julgo ser útil sintetizar os principais objectivos e propósitos que têm vindo a ser conjuntamente afirmados:

- A criação da CPLP corresponde à vontade unânime e livre dos seus sete países fundadores e visa consolidar uma realidade já existente, resultante da cooperação que se tem desenvolvido entre eles;
- A institucionalização da Comunidade materializa um propósito comum: projectar na cena internacional os laços especiais de fraternidade e solidariedade que unem o Brasil, os PALOP e Portugal, valorizando assim um vínculo histórico e um património conjunto resultantes de uma convivência multiseular;
- A CPLP assume-se com um projecto político cujo fundamento é a língua portuguesa, aglutinando actualmente sete países soberanos espalhados por três continentes, com distintas experiências políticas e diversos graus de desenvolvimento económico e social;
- A CPLP assenta nos valores essenciais da Democracia, do respeito pelos Direitos Humanos, do Desenvolvimento, da Justiça Social e da Paz;
- A Comunidade tem como objectivos gerais a concertação político-diplomática e a cooperação social, cultural e económica, com vista à promoção do desenvolvimento dos seus povos, à afirmação e divulgação crescentes da língua portuguesa e ao reforço da presença dos sete países nos «fora» internacionais;
- Para a prossecução desses objectivos, a Comunidade promoverá a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas envolvidas no incremento da cooperação entre os Sete, não descurando o contributo das organizações não-governamentais;
- As acções a desenvolver pela CPLP constituirão iniciativas concretas a levar a cabo em sectores prioritários, procurando mobilizar interna e externamente esforços e recursos;
- A CPLP, comunidade de Estados iguais e soberanos, não colide com a adesão dos seus membros a outros «fora», nomeadamente os que correspondem a projectos de integração regional.

Todas estas ideias constam – com mais detalhe até – da Declaração constitutiva da CPLP que será submetida à aprovação da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Os Estatutos Provisórios da CPLP que serão submetidos à aprovação da Cimeira prevêm, no que respeita a estruturas, que a Comunidade se apoie nos mecanismos de cooperação e de concertação político-diplomática já existentes e noutros a criar entre os sete países membros.

Apontam, assim, para a criação de um Secretariado Executivo que – assistido pelo órgão sucedâneo do Comité de Embaixadores – terá o encargo de pôr em prática as orientações e propostas aprovadas pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo e pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores.

4. RETRATOS DO INTERIOR DO PROJECTO

a. AS CINCO FASES

Como já atrás sublinhei, foi o Brasil o principal impulsionador do projecto que culminou, em Brasília, com o lançamento da CPLP. Nessa primeira fase de promoção, vieram a público ideias procurando dar corpo a grandes projectos. Para além de, finalmente!, se procurar estabelecer o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, defendia-se, por exemplo, a criação de um Parlamento e de uma Universidade dos Sete. Foi o período em que se começaram a promover regularmente mesas-redondas afro-luso-brasileiras em diversos países lusófonos, juntando personalidades da cultura, da comunicação social e do universo político. Tais iniciativas continuariam, ainda com maior intensidade, na fase seguinte, que vai até à não realização da prevista primeira Cimeira.

A reunião ministerial de Brasília, de 12 de Fevereiro de 94, demonstrou que os sete países tinham consciência de que o projecto da CPLP só teria pés para andar se encarado com pragmatismo e equilíbrio. Havia, como há, limitações, até de ordem financeira, que não podiam, nem podem, ser escamoteadas. O comunicado final do encontro referia, por isso, a intenção de «agilizar a implantação» do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (a expressão não foi fácil de encontrar: era preciso não sublinhar o óbvio embaraço de não ter sido dado andamento a uma decisão dos Chefes de Estado, tomada cinco anos antes!); mencionava também a «eventual criação» do Parlamento e limitava-se a afirmar que fora «analisada a futura criação da Universidade dos Sete». De concreto, os Ministros decidiram então a criação, em Lisboa, de um Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, coordenado por Portugal. Lisboa é a única capital lusófona onde todos os outros países estão representados.

A segunda fase iniciou-se em meados de Março seguinte com a primeira reunião daquele Grupo. É um período de trabalho intenso, com duas facetas: uma mais visível, rodeada de intensa publicidade, em que o Brasil continuou

a desempenhar o principal papel; outra, mais discreta, a do trabalho do Grupo orientado para a organização da Cimeira, em que Portugal – até por ser o seu coordenador – teve de tomar a iniciativa de propostas concretas, que materializassem na prática ideias e projectos de várias proveniências. Devo realçar que essa tarefa foi facilitada pelo espírito de cooperação e entreajuda que sempre prevaleceu no Grupo.

Procurou-se desde o início discutir para a Cimeira propostas realistas e exequíveis. Logo na primeira reunião foi rejeitada a sugestão da criação de um Parlamento dos Sete, a favor do desenvolvimento de acções de cooperação parlamentar entre as Assembleias dos países da Comunidade; privilegiou-se também a dinamização da cooperação universitária através da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), em detrimento de uma problemática universidade nova ao serviço dos Sete; e começou a desenhar-se a tendência para utilizar o Instituto Camões como «pivot» do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Concordou-se então, igualmente, na necessidade de a CPLP, uma vez institucionalizada, dispor de um Secretariado Executivo, em princípio sediado em Lisboa e com composição e competências ajustadas à dimensão real que a Cimeira viesse a definir para a Comunidade.

Nesses primeiros meses de trabalho do Grupo, foram elaborados os dois principais documentos a submeter à aprovação da Cimeira: a Declaração constitutiva e os Estatutos Provisórios da CPLP.

Debateu-se muito a cooperação económica. Chegou mesmo a tentar preparar-se um documento de trabalho neste domínio. Prevaleceu, também aqui, uma atitude realista: não havia nessa altura condições para se ir além da organização, em simultâneo com a Cimeira, de um seminário económico, com a participação de entidades públicas e privadas e virado para a promoção da cooperação empresarial.

Houve noutro campo uma preocupação constante dos países africanos e de Portugal: a separação entre as actividades dos Sete e dos «5+1» e a reafirmação reiterada da importância da manutenção do elo específico entre Portugal e os Cinco, que se encontra já institucionalizado.

Em fins de Abril registou-se a aceitação, em princípio, pelo Grupo da data proposta por Cabo Verde para a Cimeira: 26 e 27 de Junho de 94. O processo parecia irreversível e os trabalhos preparatórios foram acelerados. Mas nem todas as dúvidas estavam dissipadas e havia mesmo algumas interrogações quanto ao efectivo acompanhamento em todas as capitais do caminho que estava a ser traçado pelo Grupo de Concertação. Portugal sugeriu, por isso, um encontro informal em Lisboa com enviados especiais das capitais dos seis, um

mês antes da data prevista para a Cimeira. Esse encontro veio efectivamente a ter lugar como previsto, com o Brasil a marcar o seu interesse particular na iniciativa, fazendo deslocar a mais numerosa delegação, chefiada pelo então Secretário-Geral do Itamaraty.

O período final de preparação concentrou-se na elaboração dos programas oficiais da Cimeira e da reunião ministerial que a antecedia, do encontro informal dos responsáveis governamentais pela cooperação e do seminário económico, a que atrás fiz referência.

Concretizavam-se, entretanto, as primeiras respostas às exigências financeiras do projecto. No princípio de Maio, o Governo português decidiu chamar a si o financiamento do Secretariado Executivo da CPLP até ao final do ano. O Governo de Brasília, poucos dias depois, anunciava uma contribuição substancial destinada em grande parte ao Fundo de Contribuições Voluntárias que fora decidido criar, e ainda a concessão pelo Banco do Brasil de um prémio a jornalistas autores de artigos sobre a CPLP.

Por consenso – que é, de resto, a única forma de decisão a que os Sete por enquanto recorrem – foram dirigidos convites para a Cimeira aos Secretários-Gerais da ONU, da OEA e da OUA, ao Presidente da Comissão Europeia e ao Director-Geral da UNESCO. Seriam os únicos convidados com destaque especial.

Fora deles, só um outro caso mereceu tratamento especial: a participação de representantes de Timor-Leste. Não foi fácil neste ponto obter a unanimidade requerida. Sem quebras de solidariedade, houve que gerir matizes e obter uma fórmula de compromisso que não diminuísse a causa timorense.

Praticamente nas vésperas da realização da Cimeira, sobrevieram dois imprevistos. O primeiro no âmbito dos trabalhos do Grupo de Concertação: São Tomé, coordenador dos Cinco, solicitou que fossem abordadas na Cimeira questões relativas à política de emigração e à liberdade de circulação no espaço da CPLP. Não havia tempo para mexer num texto que fora consolidado no encontro informal dos enviados especiais. O impasse foi ultrapassado pela aceitação da proposta portuguesa de incluir esse assunto na agenda da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que eram livres de proceder a alterações e de propor à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo as sugestões que entendessem.

O segundo acontecimento surgiu como completamente alheio ao andamento do projecto: a morte de um familiar muito chegado ao Presidente do Brasil, Itamar Franco, que decidiu cancelar a sua deslocação a Lisboa. Brasília assegurou de imediato uma forte representação, chefiada pelo ex-Presidente

Sarney e incluindo vários membros do executivo. Não obstante os esforços empreendidos pelo Governo de Brasília, coadjuvados por Portugal, os países africanos entenderam não estarem reunidas condições para que os seus Chefes de Estado se ausentassem do país e Portugal optou pelo adiamento da Cimeira.

Em reunião do Grupo de Concertação, Portugal enunciou as três razões que estiveram na base desse adiamento: as decisões, a nível dos Sete, são tomadas por consenso, que tinha deixado de existir; não estavam reunidas as condições de solenidade necessárias à institucionalização da CPLP, dadas as ausências de vários Chefes de Estado; alguns países haviam manifestado interesse em aprofundar os trabalhos preparatórios da Cimeira.

Nessa mesma reunião, o Grupo reafirmou unanimidade: em relação ao interesse na constituição da CPLP; à continuidade dos trabalhos preparatórios da Cimeira; e à realização da Cimeira em Lisboa, onde prosseguiriam os trabalhos do Grupo. Decidiu ainda continuar a reunir semanalmente.

Esse período de reuniões, que se prolongou até às vésperas da Assembleia-Geral da ONU, constitui a terceira fase do projecto da CPLP. É um período de tempestade seguida de bonança. O adiamento da Cimeira foi glosado em vários tons pelos órgãos de comunicação social, com particular relevo e impacto no Brasil e em Portugal. As discussões no Grupo não podiam deixar de reflectir a controvérsia gerada, as acusações e contra-acusações mútuas, o ambiente de desconfiança instalado. Não obstante a tensão, o Grupo decidiu prosseguir os trabalhos. As propostas de última hora apresentadas pelos Cinco foram então uma benção, apesar de alguns aspectos embaraçosos, nomeadamente para Portugal. Constituíram o principal pretexto para o regresso ao trabalho e a sua discussão revelou-se o bálsamo saneador de feridas (ao menos na superfície).

Angola avançou com propostas concretas de alteração, as quais, com algumas emendas, acabaram por ser incorporadas na Declaração constitutiva. Mas, juntamente com a Guiné-Bissau, aproveitou o foro para denunciar comportamentos discriminatórios em Portugal contra comunidades emigradas e dirigentes dos PALOP, sobretudo nos aeroportos. O Brasil colocou-se, compreensivelmente, ao lado dos Cinco e aproveitou para divulgar a decisão de suprimir os vistos nos passaportes diplomáticos e de serviço de todos os membros da CPLP. Anunciou também novas iniciativas no tocante a recursos financeiros destinados a projectos culturais e artísticos no âmbito da CPLP. Portugal viu-se na contingência de explicar as limitações impostas pela União Europeia e por Schengen, mas contra-atacou iniciando um processo de consultas bilaterais com os Cinco em matéria de vistos e de circulação de pessoas. Apesar de resultados considerados insuficientes, o diálogo sobre essas questões

e uma vontade deliberada de não isolar Portugal, contribuíram para um progressivo regresso à rotina anterior. Mas claro que ficaram marcas e uma sombra de inquietação quanto ao desfecho de todo o processo: entrou-se numa atmosfera envolta num certo «suspense» e marcada pela perda da confiança anterior.

A rotina de trabalho levou ainda a alterações dos estatutos provisórios, propostas pelo Brasil. Permitiu, por outro lado, a consolidação do texto da Declaração constitutiva, que não voltou a ser mexido, embora, previsivelmente, tal tenha de vir a acontecer agora.

A imagem da sombra de inquietação a que recorri tomou corpo quando, na última reunião desse período, Cabo Verde assumiu a iniciativa de acenar com nova datas para a Cimeira: 28 e 29 de Novembro, ainda em 94. Ninguém teve, no Grupo, a coragem de lançar dúvidas (que a muitos surgiram) sobre uma proposta que muito dificilmente conseguiria à partida obter apoio em todas as capitais dos Sete. Mas foi introduzida uma nota de cautela, que não viria, aliás, a ser respeitada: a necessidade da presença de todos os Chefes de Estado.

Localizo a quarta fase entre o almoço dos Ministros dos Negócios Estrangeiros em Nova Iorque – desta vez a cargo de Portugal – e a não realização da Cimeira pela segunda vez. Por proposta do Embaixador Aparecido de Oliveira, participei, em fins de Setembro, nesse almoço, na qualidade de coordenador e porta-voz do Grupo de Concertação. Os Ministros de Angola e Moçambique não garantiram então as presenças dos respectivos Chefes de Estado. Com boas razões: o primeiro tinha a incógnita de Lusaka ainda por resolver e o segundo poderia, na data em questão, estar envolvido na campanha eleitoral, caso ocorresse uma segunda volta das eleições presidenciais previstas para o mês seguinte.

Disso mesmo dei conta ao Grupo no meu regresso a Lisboa. O Brasil, com o apoio de Cabo Verde, insistiu na data, mesmo que não fossem confirmadas as presenças de todos os Chefes de Estado, fazendo assim aprovar uma alteração à decisão anterior. Mas ficou claro que os Chefes de Estado ausentes deveriam fazer-se representar.

As reuniões seguintes giraram em torno destas questões. Não houve qualquer trabalho de substância. As incertezas adensavam-se entre garantias portuguesas de viabilidade da organização da Cimeira, desde que todos os países estivessem presentes, e silêncios ou levantamento de dificuldades por parte dos representantes de Maputo e Luanda, com este último a levar o Embaixador de Cabo Verde a advertir que a ausência da delegação de algum dos Sete comprometeria a realização da Cimeira.

Penso que, fora deste contexto, só há um «fait-divers» a assinalar: uma proposta brasileira para que o Conselho Internacional da Lusofonia da Galiza estivesse representado na cimeira, que suscitou imediatas reservas dos outros seis.

O «suspense» não chegou às vésperas da data prevista, e o seu desenlace processou-se em dois tempos. A uma primeira comunicação angolana de que o país não participaria na Cimeira, seguiram-se diligências – sobretudo por parte do Brasil – visando levar Luanda a uma solução de compromisso. Sem êxito: Angola reconfirmou a decisão presidencial de não se fazer representar na Cimeira e o Grupo, sob proposta de Moçambique, entendeu recomendar aos Governos dos Sete novo adiamento. Uma nota positiva: Angola tomou de imediato a iniciativa de ver reafirmado por todos o empenho na constituição da CPLP.

A última fase vê o projecto da Comunidade reanimar-se depois de um longo período de hibernação na primeira metade do ano findo. A exposição pública negativa resultante dos dois adiamentos sucessivos como que exigiu um período de «nojo», em que a ausência dos olhos do mundo se traduziu em inactividade.

No princípio de Julho, o Grupo iniciou a preparação de uma nova reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que se realizou em Lisboa, no dia 19 desse mês. O comunicado final dessa reunião aponta duas etapas: Abril de 96, para uma reunião ministerial no Maputo, preparatória da Cimeira, ela própria prevista para Lisboa, no final do primeiro semestre deste ano. Os sete países reafirmaram o empenho e determinação no projecto de institucionalização da Comunidade lusófona. E talvez para fazer passar uma certa ideia de renovação decidiram alterar a designação do Grupo de Concertação Permanente: sem qualquer alteração das suas funções e método de funcionamento, foi rebaptizado como Comité de Embaixadores.

No tradicional almoço em Nova Iorque, em Setembro último – desta vez oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola – recomendou-se ao Comité que iniciasse os seus trabalhos e confirmou-se a validade dos compromissos já assumidos.

A primeira reunião do Comité de Embaixadores contou inicialmente com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. O novo Governo português quis, assim, marcar o seu empenho na institucionalização da CPLP.

b. O POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Para evitar repetições, deixarei de lado as referências mais directas a Portugal, cujo empenho na concretização deste projecto sublinharei no final da intervenção.

Já mencionei o papel determinante do Brasil no desenvolvimento do projecto actual. É praticamente impossível dissociar esse papel da personalidade de Aparecido de Oliveira e da acção do Governo de Itamar Franco. O facto de ambos terem vindo para Lisboa como Embaixadores mostra a importância atribuída a Portugal para que o projecto que impulsionaram se concretize. A CPLP foi por ambos transformado em objectivo principal de uma missão a que deram quase um carácter de cruzada. Há elementos de paixão que podem por vezes parecer incómodos, mas sem os quais as portas se abrem ao acomodamento e à mediania.

O voluntarismo inicial parece ter sido substituído no Governo de Fernando Henrique Cardoso por uma atitude mais pragmática, com opção pela não aceleração do processo e por uma avaliação mais cautelosa – embora não menos interessada do momento apropriado para, a sete, levar avante o projecto.

O Presidente Itamar Franco, novo Embaixador em Lisboa, tem estado presente nas reuniões do Comité de Embaixadores. A sua participação constitui um estímulo.

A análise da participação de Moçambique não pode nem deve ser influenciada pela adesão «à concorrência», ideia que a «Commonwealth» generalizadamente inspira. Recordo que, na fase inicial dos trabalhos, a então Embaixadora em Lisboa chamou a atenção para as expectativas criadas na opinião pública do seu país relativamente à CPLP, alertando para a necessidade de a Comunidade se não reduzir a um simples exercício de retórica.

Ainda nessa fase, anunciou ter sido criado no seu Ministério um Grupo de Trabalho CPLP. Na altura, o facto quase passou despercebido. Curiosamente – e só agora a rever papéis disso tomei consciência – Portugal retomou no último almoço em Nova Iorque essa ideia, propondo a constituição em cada Ministério dos Sete de uma célula de acompanhamento dos trabalhos do Comité de Embaixadores em Lisboa. A proposta foi discutida na primeira reunião do Comité, e só encontrou receptividade, de novo, por parte da representante de Moçambique e do Embaixador de Angola. A primeira apontou mesmo o deficiente acompanhamento desses trabalhos nas capitais como uma das razões para os anteriores insucessos na formalização da CPLP.

Foi também Moçambique o maior defensor da ideia de que o acto constitutivo da Comunidade deveria revestir a forma de Tratado. A sugestão não vingou na altura, antes de mais, porque venceu o argumento da celeridade na institucionalização da CPLP que se não compadeceria com os complicados procedimentos inerentes, em muitos países, à aprovação de Tratados internacionais.

Sem delongas, Maputo marcou também já a data da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que precederá a Cimeira de Junho em Lisboa – 18 de Abril. Esta atitude corresponde, creio, a uma forma de vincar que não só não surgirão do seu lado entraves ao projecto, como nele continua activamente empenhado.

Angola tem tido um peso e lugar específicos em todo este processo. É talvez o país de que se espera o gesto mais significativo, uma espécie de profissão de fé nas virtualidades de uma comunidade de países de expressão portuguesa. Não posso, por isso, deixar de assinalar que o actual Embaixador em Lisboa sublinhou a conveniência de o Comité dar um sinal público claro da vontade e do empenho políticos postos no projecto da CPLP pelos sete países. Estão-se a estudar as vias para pôr em prática essa sugestão.

As ausências ou diminuições de nível que ocorreram no passado em relação às representações de Angola – a que fiz referência no início – não podem ser julgadas sem ter em conta as dificuldades de um processo de paz e de reconciliação nacional que se arrasta há muito, há demasiado tempo. Grandes naus, grandes tormentas, e Angola não foge, infelizmente, a esse «cliché». Pela sua dimensão própria, Angola é essencial na CPLP, sob todos os pontos de vista, sem esquecer a sua contribuição cultural para o mundo que pensa e se exprime em português. Em contrapartida, também não tenho dúvidas de que um projecto como a CPLP pode ser fundamental para ajudar o país a reencontrar o seu equilíbrio e a consolidar a sua especificidade sem paralelo no continente africano.

Cabo Verde tem desenvolvido uma acção de relevo nos trabalhos preparatórios da Cimeira. Alia a capacidade interventora à oportunidade das sugestões de compromisso. Foi o primeiro país a avançar com propostas de datas, depois aceites, para as Cimeiras que se não realizaram. O Embaixador actual é um homem com grande experiência do multilateralismo e com justificado prestígio nas Nações Unidas, pondo os seus conhecimentos ao serviço do Grupo.

A voz de São Tomé e Príncipe tem-se feito ouvir com oportunidade. Os seus momentos de maior intervenção coincidiram com o encargo de fazer valer, na qualidade de país coordenador, pontos de vista ou posições comuns aos

Cinco, sem com isso pôr em causa o objectivo principal que é a constituição da Comunidade.

Os representantes da Guiné-Bissau têm pautado a sua actuação por um discreto equilíbrio: não estão na primeira linha das propostas, mas não ficam a aguardar pelos outros para marcar posição. Em momentos de tensão, souberam intervir no Grupo com qualidades mediadoras que ajudaram a ultrapassar situações delicadas, contribuindo, assim, para a manutenção e o reforço da coesão do Grupo.

c. A SITUAÇÃO ACTUAL E AS PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

Esta ronda pelas posições dos nossos parceiros na CPLP, tem um objectivo: sublinhar que não houve, até agora, da parte de nenhum deles, sinais exteriores de oposição à constituição da Comunidade. Todos têm, pelo contrário, procurado salientar a vontade de dar corpo ao projecto e essa atitude caracteriza a situação actual.

Parece haver um empenho colectivo na preparação da reunião ministerial do Maputo. Os documentos que foram já aprovados terão de ser revistos. Mas não se pretende limitar a actividade preparatória a esse trabalho de revisão e consolidação. Desenha-se uma intenção de procurar terrenos novos, de desencadear acções que possam tornar mais consistente o projecto da Comunidade. No Comité de Embaixadores foram adiantados os primeiros contornos de algumas propostas que poderiam começar a concretizar-se: o enquadramento sistemático na CPLP de vários encontros previstos a sete, dando expressão à sua função coordenadora; o estudo de formas de envolvimento dos meios audio-visuais, nomeadamente da televisão, nas tarefas de difusão do projecto da Comunidade; a integração no processo de institucionalização da CPLP de uma iniciativa do Presidente da Assembleia da República portuguesa no sentido da realização de um encontro entre delegações parlamentares dos Sete, visando encontrar formas de cooperação entre Parlamentos; a viabilidade de se estabelecer, numa base para já informal, um programa de bolsas de estudo similar ao ERASMUS europeu. Estão igualmente em marcha diligências visando associar activamente a juventude dos sete países à concretização da Comunidade.

A postura actual dos representantes de todos os países indicia a convicção de que, desta vez, não deverá haver nova frustração. Prevista para Junho próximo, não foram ainda propostos dias para a realização da Cimeira. A Guiné-Bissau lembrou a necessidade de ter em conta as datas da Cimeira da

OUA; Cabo Verde foi de opinião que o Comité de Embaixadores deveria recomendar uma data com alguns meses de antecedência; pelo nosso lado, haverá que contar, nessa altura, pelo menos, com o Conselho Europeu, que se realizará em Florença nos dias 21 e 22. As dificuldades de calendário terão de ser superadas pela vontade política de avançar. Julgo estarem reunidas condições para que isso aconteça.

5. UMA APOSTA QUE VALE A PENA

A criação de uma comunidade lusófona não tem também sido alvo de particular contestação pública nos Sete. Isto não significa que não haja riscos de polémica em torno da sua materialização e registaram-se já episódios que o prenunciam. A verdade é que não há grandes obras sem vozes contestatárias e que o projecto envolve alguns aspectos delicados que devem ser abertamente debatidos. É preferível encarar e discutir a realidade, ainda que desagradável, do que pretender a sua não existência.

As correntes favoráveis nas opiniões públicas e nas instâncias oficiais dos Sete são, penso eu, maioritárias e impõe-se aproveitar os esforços, energias e iniciativas já postos ao serviço da causa. Está ao nosso alcance uma oportunidade histórica que não devemos desperdiçar. A CPLP é uma aposta que vale a pena. É-o para o Brasil e para os países africanos de expressão portuguesa. Mas, sem dúvida, também para Portugal. Julgo que a opção europeia é inquestionável, mas que Portugal se não revê no espartilho europeu. O ser português afirmou a sua especificidade na saga além-mares. Só temos a ganhar – e a própria Europa também – com o aproveitamento e valorização dos atributos que nos distinguem.

Está traçado um rumo que decididamente avança para a concretização do projecto. Creio que o devemos fazer com determinação forte, mas realista e com alguma prudência. Não podemos arriscar novo fracasso: além dos custos internos em cada um dos países, os insucessos anteriores deixaram algumas marcas – sanáveis é certo – mas que em momentos difíceis poderão ressurgir. E não podemos perder de vista o modo como a Comunidade Internacional nos olha. Os dois adiamentos sucessivos confirmaram pontos de vista daqueles que consideram o mundo que fala português especialmente caracterizado pelo individualismo egoísta e pela desorganização. Os nossos opositores não descuraram a oportunidade e tentaram alargar distancias entre os Sete. É inevitável numa era em que a competitividade se não compadece com invocações sentimentais.

Gostaria de chamar a atenção para um último aspecto. Portugal esteve sempre particularmente activo na promoção da Comunidade, embora por vezes com um trabalho que diria mais de bastidores. Coube ao Brasil, como atrás salientei, empunhar a bandeira pública do projecto, com o consequente desgaste face aos inêxitos. A Cimeira continua prevista para Lisboa, em Junho próximo. É, pois, natural que caiba agora a Portugal uma intervenção mais visível em todos os aspectos, não perdendo de vista a importância da primeira etapa que a ministerial de Maputo vai constituir e a provável inevitabilidade de alargar o âmbito da Cimeira a áreas não previstas no projecto inicial.

António Monteiro